

Estudo Técnico Preliminar 22/2021

1. Informações Básicas

Número do processo: 00091.004475/2021-36

2. Descrição da necessidade

2.1. A presente contratação torna-se necessária na medida em que o contrato 537/2019 (contratação de serviços de empresa especializada de engenharia para a execução da modernização (retrofit) das instalações e equipamentos das subestações de energia, na sede da Abin foi rescindido sem a finalização completa dos serviços contratados, conforme motivos detalhados no processo 00091.000678/2019-39.

2.2. A contratação dos serviços para continuidade e finalização do retrofit das subestações de energia da Abin é necessária para sua readequação e recuperação das condições de segurança e desempenho operacional, em atendimento às atuais normas obrigatórias de segurança e desempenho da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e de outros órgãos de normatização.

2.3. Por se tratar de instalações com mais de 40 anos de operação, verificamos que os equipamentos (transformadores, disjuntores, cabeamento, etc) se encontram no fim de vida útil, com possibilidade real de falha a qualquer momento.

2.4. As condições físicas e operacionais das subestações apresentam-se inadequadas, com equipamentos antigos e fora dos padrões de segurança permitidos pelas normas vigentes.

2.5. Essas condições deterioradas das subestações implicam na presença de distúrbios associados à qualidade da energia, comprometem a vida útil dos equipamentos elétricos e eletrônicos presentes nas instalações e podem causar desconforto e insegurança aos usuários do ambiente, além de gerar outros tipos de prejuízos.

2.6. A finalização do retrofit das subestações tem como objetivo tornar as instalações mais seguras, confiáveis, dentro das normas regulamentadoras atuais, com equipamentos mais modernos e reduzindo custos com energia elétrica, além de permitir um melhor desempenho do sistema elétrico do complexo como um todo.

2.7. A presente contratação também se justifica por ser uma demanda essencial para o cumprimento de um dos processos de suporte à atividade de inteligência que estão listados no Planejamento Estratégico 2017-2021 da Abin: a manutenção e recuperação de instalações prediais.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Administração e Logística	Fátima Aparecida França Queiroz

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Requisitos necessários ao atendimento da necessidade:

4.1.1. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

4.1.2. A Contratada será responsável por concluir a modernização e retrofit de todas as subestações da Abin. O objetivo da modernização é a adequação e a recuperação das condições de segurança e desempenho operacional das instalações das subestações de Energia da Abin, em atendimento às atuais normas obrigatórias de segurança e desempenho da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e de outros órgãos de normatização.

4.1.3. As especificações detalhadas dos equipamentos, instalações e todos os serviços a serem executados estão definidas no Termo de Referência e seus anexos. A especificação dos equipamentos já fornecidos também está detalhada no Termo de Referência e seus anexos. A contratada deverá concluir a instalação desses equipamentos, realizar o start-up dos equipamentos e executar todos os ajustes necessários para colocar as instalações e seus equipamentos em pleno funcionamento.

4.1.4. A licitante vencedora deverá efetuar a modernização das subestações considerando sempre as normas da ABNT, a qualidade do projeto, os requisitos de segurança, funcionalidade, adequação ao interesse público, economia, facilidade na execução dos serviços, sua conservação, manutenção, durabilidade, adoção das normas técnicas de saúde e de segurança do trabalho com o mínimo impacto ao meio ambiente.

4.1.5. O serviço aqui descrito enquadra-se como não continuado, nos termos do art. 16, da IN 05/2017, já que ele impõe ao contratado o dever de realizar a prestação do serviço em um período predeterminado e a prestação do serviço irá se encerrar com o fornecimento do objeto. Portanto, refere-se à prestação de um serviço específico em um período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2. Devem ser seguidas as seguintes práticas de sustentabilidade:

4.2.1. Deverão ser utilizados critérios de execução de serviços de modo a proporcionar a economia da manutenção e operacionalização das subestações e a redução do consumo de energia e água, por meio de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental.

4.2.2. A execução dos serviços pela CONTRATADA deverá visar à economia de energia e de água, utilizando materiais biodegradáveis sempre que houver disponibilidade no mercado.

4.2.3. Os materiais a serem utilizados na execução do serviço de modernização deverão prioritariamente atender às exigências das normas da ABNT, devendo possuir, nos casos específicos, selos de certificação de qualidade e de responsabilidade ambiental, bem como sua aplicação deverá ser rigorosamente dentro dos parâmetros de qualidade de sistemas construtivos relativos à boa técnica, economia e ecologia.

4.2.4. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

4.2.5. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

4.2.5.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

4.2.5.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;

4.2.5.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

4.2.5.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

4.2.6. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

4.2.6.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

4.2.7. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- 4.2.7.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;
- 4.2.7.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- 4.2.7.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- 4.2.7.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 4.2.8. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;
- 4.2.9. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.
- 4.2.10. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- 4.2.11. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;
- 4.2.12. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;
- 4.3. O contrato não demanda a necessidade de transição contratual com a empresa anterior e nem de transferência de conhecimento, tecnologias ou técnicas empregadas, na medida em que se refere a serviço comum praticado de forma similar por várias empresas no mercado.

5. Levantamento de Mercado

- 5.1. Para o levantamento do mercado, observou-se contratações similares com outros órgãos em pesquisa no portal de compras do governo federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>) conforme detalhado no anexo "Relatório Levantamento de Mercado (0340009)". Mas não se observou a mudança de metodologias que indiquem a possibilidade de alteração na atual forma de contratação, razão pela qual deve ser repetido o modelo já vigente e comum para este tipo de contratação.
- 5.2. Nesse sentido, não há necessidade de realização de audiências públicas para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício.
- 5.3. Como pode ser visto no anexo "Relatório Levantamento de Mercado (0340009)" as soluções disponíveis no mercado para modernização (retrofit) de subestações são compostas pela contratação de projeto de modernização e posterior execução dos serviços de modernização (retrofit) com base em projeto de engenharia. Como já foi contratado projeto de engenharia anteriormente e o serviço de modernização já estava em execução deve-se seguir o mesmo modelo de contratação da última licitação que havia resultado no contrato anterior de modernização das subestações (contrato 537/2019).

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Serviços de empresa especializada de engenharia para continuidade e conclusão dos serviços de modernização da modernização das subestações da Abin.

6.2. Os serviços deverão incluir a substituição e adequação de todos os equipamentos e instalações que fazem parte das subestações da sede da Abin em Brasília-DF, inclusive a entrada de energia, a interligação entre as subestações e as próprias subestações.

6.3. As subestações da sede da Abin são as seguintes:

6.3.1. Subestação de Entrada e medição de energia (próxima à portaria principal);

6.3.2. Subestação A (próxima ao bloco E);

6.3.3. Subestação B (próxima ao bloco K);

6.3.4. Subestação C (próxima ao bloco S);

6.3.5. Subestação DI (próxima ao bloco J DI);

6.4. A empresa que prestará os serviços de conclusão da modernização deverá ser responsável por todas as etapas e tratativas restantes e necessárias para a finalização da modernização das subestações, inclusive adaptações, tratativas com concessionária local de energia, compra, instalação e teste de todos os equipamentos, aterramento e SPDA, ferramentas, mão de obra empregada, intervenções civis, testes e etc, conforme definido no projeto de modernização das subestações. Os equipamentos já entregues e as etapas dos serviços já concluídos estão disponíveis no Termo de Referência e nos seus anexos.

6.5. A empresa que prestará os serviços de conclusão da modernização também deverá ser responsável por todas as tratativas, adequações e modificações de projetos e instalações relacionadas ao objeto que, porventura, sejam solicitados pela concessionária local de energia durante a execução dos serviços e/ou ao final da entrega do objeto.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa das quantidades foi feita com base no levantamento dos serviços que já foram executados no Contrato 537/2019 e na verificação de quais são os serviços restantes necessários para a conclusão da modernização das subestações.

7.2. O resultado desse levantamento está condensado na planilha orçamentária anexada ao Termo de Referência da Contratação.

7.3. O Caderno de especificações e Encargos, a Planilha Orçamentária e o Projeto Executivo contém as memórias de cálculo e documentos que dão suporte à estimativa.

7.4. No contrato não há necessidade de outros materiais específicos acessórios ou suporte cuja previsibilidade não é possível antes da contratação.

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1. O valor total da contratação foi estimado em R\$ 3.753.946,02 (três milhões, setecentos e cinquenta e três mil novecentos e quarenta e seis reais e dois centavos).

8.2. A partir da estimativa das quantidades e utilizando-se das prescrições do Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013, a estimativa do custo do serviço será apresentada em anexo específico do Termo de Referência.

8.3. Serão utilizadas as composições de custos de referência do SINAPI, complementadas por outros sistemas de custos quando inexistentes no sistema de referência.

8.4. O valor final da contratação constará como anexo do termo de referência, juntamente com os valores unitários de referência adotados.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. É praxe de mercado que presente serviço seja realizado por uma única empresa, de modo a ocorrer um planejamento e execução adequada dos serviços de modernização das subestações.

9.2. Além disso, o parcelamento da solução não é tecnicamente viável, pois para execução da modernização e para aprovação de vistoria na concessionária de energia é necessário que seja feita uma avaliação concomitante de todas as subestações instaladas na ABIN. Portanto, não é possível parcelar a modernização. O parcelamento não é tecnicamente possível porque as subestações são interdependentes e interconectadas umas com as outras. Portanto, não faz sentido tecnicamente modernizar apenas uma ou

algumas das subestações e outras não. A modernização deve contemplar todas as subestações ao mesmo tempo

9.3. Ademais, levando em consideração o mercado fornecedor observa-se que o parcelamento do objeto não assegura ser técnica e economicamente viável, sem perda de escala e com melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há contratos correlatos ou interdependentes à presente contratação nas demais frações da ABIN.

10.2. Será necessária elaboração de Ata de Registro de preços para contratação de aluguel de geradores de emergência para garantir o fornecimento de energia elétrica no complexo da Abin durante a transferência de cargas para o novo quadro de cargas das subestações modernizadas.

10.3. Posteriormente à transferência de cargas será necessária a realização de demolição das instalações existentes das subestações que não serão reaproveitadas.

10.4. Também será necessária a contratação de uma empresa especializada para manutenção das instalações das subestações modernizadas ou a inclusão no contrato de manutenção predial existente.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação encontra-se alinhada ao Planejamento Estratégico 2017 - 2021 da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, instituído pela Portaria nº 461/ABIN/GSI/PR, de 29 de novembro de 2018 e publicada no Boletim de Serviço Sigiloso nº 22, de 30 de novembro de 2018, por meio do objetivo estratégico 4.14 "Modernizar a Gestão Administrativa e Logística".

11.2. Consta no Plano Orçamentário Anual - POA-2020 do DAL como "Manutenção e reforma de diversas instalações prediais na sede e superintendências estaduais", conforme comprovado no Documento SEI nº 0140789.

11.3. Consta no Plano Anual de Contratações PAC-2020 da Agência, conforme comprovado no Documento SEI nº 0140793.

11.4. Por fim, também está amparada no Plano de Logística Sustentável, conforme verificado no Documento SEI nº 0140794.

12. Resultados Pretendidos

12.1. Os benefícios a serem obtidos em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis diretos a serem obtidos são:

12.1.1. Benefícios diretos:

12.1.1.1. Maior segurança das pessoas e das instalações;

12.1.1.2. Menores gastos com manutenções corretivas e preventivas;

12.1.1.3. Menor risco de queda de energia por falhas em equipamentos;

12.1.1.4. Diminuição de distúrbios associados à qualidade da energia e que comprometem a vida útil dos equipamentos elétricos e eletrônicos presentes na instalação, além de causarem desconforto e insegurança aos usuários do ambiente, entre outros tipos de prejuízos.

12.2. Benefícios indiretos:

12.2.0.1. Melhorar a imagem da Instituição com a presença de subestações nas quais as instalações elétricas estejam respeitando todas as normas brasileiras;

12.3. Impactos ambientais positivos:

12.3.0.1. Utilização de equipamentos que são menos agressivos ao meio ambiente (Exemplo: transformadores à seco e que não utilizam óleo)

12.3.0.2. Menor necessidade de manutenção e troca de peças (menos lixo gerado nas manutenções)

12.4. Melhoria da qualidade de produtos ou serviços oferecidos à sociedade:

12.4.0.1. Subestações modernas resultarão em diminuição no número de quedas de energia e de manutenções nas subestações o que impactará na diminuição do risco de interrupções dos serviços prestados pela Abin junto à sociedade, uma vez que os serviços prestados pela Abin dependem do fornecimento adequado de energia elétrica para as edificações da Abin;

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Após assinatura do contrato deverá ser definido local para instalação do canteiro de serviços da contratada. Deverá ser providenciada pesquisa social dos funcionários da contratada e também crachás de acesso.

13.2. Deverá também ser realizada programação junto à Abin sobre as datas para migração das cargas de energia elétrica para os

novos equipamentos. Será necessário programar alguns desligamentos de energia em diversos blocos da sede da Abin para a migração dessas cargas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. As medidas de tratamento ou mitigadoras para os possíveis impactos ambientais estão descritos no item 2.2 desse Estudo Preliminar.

15. Fiscalização do Contrato

15.1. O contrato será fiscalizado por:

- a) Fiscal titular: Giancarlo Fernandes Silva (SEI 0333841)) e
- b) Fiscal substituto: Rafael Motta de Santana Moreira (SEI 0333846).

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base no que foi exposto neste Estudo Técnico Preliminar.

17. Responsáveis

ELIZABET RAMOS DE MELO FELLET

Coordenadora de Licitações e Contratos

MANOEL RODRIGUES DE SOUSA

Coordenador Geral de Administração